

LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO SOBRE INDÍGENAS E SURDOS E SUA RELAÇÃO ACERCA DO ACESSO E PERMANÊNCIA ÀS INSTITUIÇÕES DO ENSINO SUPERIOR

Marcia Aparecida Rodrigues Matens

Resumo

Este artigo é um recorte do trabalho de dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Letras, da Faculdade de Comunicação, Artes e Letras - FACALE, da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, no qual o objetivo é apresentar a investigação realizada com o processo de seleção das produções acadêmicas identificadas no banco de dados da CAPES e da BDTD, inscritas ao período de 2002 a 2019. Foram escolhidos trabalhos a partir do ano de 2002, ano este da implementação da Lei 10.436 que reconhece a Língua Brasileira de sinais como forma de comunicação dos surdos, e por não haver encontrado pesquisas especificamente com o Indígena Surdo no Ensino Superior, foram utilizados outros descritores. Nas análises dos trabalhos constatou-se, portanto, a relevância de se efetuar pesquisas sobre essas temáticas no sentido de conscientizar as instituições de ensino a valorizar a diversidade linguística e cultural das Comunidades Indígenas e das Comunidades Surdas.

Palavras-chave: Surdo; Indígena; Educação; Ensino.

BIBLIOGRAPHIC SURVEY ON INDIGENOUS AND DEAF AND THEIR RELATIONSHIP ON ACCESS AND PERMANENCE TO HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS

Abstract

This article is an excerpt of the dissertation work presented to the Postgraduate Program in Letters, Faculty of Communication, Arts and Letters - FACALE, Federal University of Grande Dourados - UFGD, in which the objective is to present the investigation carried out with the selection process of academic productions identified in the CAPES and BDTD databases, registered for the period 2002 to 2019. Works from the year 2002 were chosen, the year this year of the implementation of Law 10,436, which recognizes the Brazilian Sign Language as form of communication of the deaf, and because no research was found specifically with the Deaf Indigenous in Higher Education, other descriptors were used. In the analysis of the works, it was verified, therefore, the relevance of carrying out research on these themes in order to raise awareness among educational institutions to value the linguistic and cultural diversity of Indigenous and Deaf Communities.

Keywords: Deaf; Indigenous; Education; Teaching.

ENCUESTA BIBLIOGRÁFICA SOBRE INDÍGENAS Y SORDOS Y SU RELACIÓN EN ACCESO Y PERMANENCIA A INSTITUCIONES DE EDUCACIÓN SUPERIOR

Resumen

Este artículo es un extracto del trabajo de tesis presentado al Programa de Pós- Graduação em Letras, de la Faculdade de Comunicação, Artes e Letras - FACALE, de la Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, en el cual el objetivo es presentar la investigación realizada con el proceso de selección de producciones académicas identificadas en las bases de datos CAPES y BDTD, registradas para el período 2002 a 2019. Se eligieron obras del año 2002, año este de la

implementación de la Ley 10.436, que reconoce la Lengua de Signos Brasileña como vía de comunicación de la sordo, y debido a que no se encontró ninguna investigación específicamente con los indígenas sordos en la educación superior, se utilizaron otros descriptores. En el análisis de los trabajos se constató, por tanto, la pertinencia de realizar investigaciones sobre estos temas con el fin de concienciar a las instituciones educativas para que valoren la diversidad lingüística y cultural de las Comunidades Indígenas y Sordas.

Palabras clave: Sordo; Indígena; Educación; Enseñando.

INTRODUÇÃO

O desafio deste trabalho consistiu em fazer um mapeamento das pesquisas acadêmicas referentes aos Indígenas, aos Surdos e ao Indígena Surdo no ensino superior. Sendo assim, sabe-se que o ato de pesquisar é de suma importância, uma vez que corrobora com a formação e construção do conhecimento e desenvolvimento do pesquisador. De acordo com Bagno (2005, p.17), “o termo pesquisa, do latim perquirio, significa procurar, buscar com cuidado, procurar por toda parte, informar-se, inquirir, perguntar, indagar bem, aprofundar-se na busca de algo”.

Para iniciar os apontamentos pertinentes ao tema deste artigo, fez-se um mapeamento no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A CAPES e a BDTD possuem um portal de periódicos com fontes seguras de divulgação de trabalhos e produções científicas, servindo de base para pesquisadores em várias áreas do conhecimento, sobretudo no que diz respeito a teses e dissertações.

No primeiro momento, o objetivo era de encontrar pesquisas que tratassem especificamente do Indígena Surdo no Ensino Superior, não sendo encontrado nenhum trabalho em específico, revelando a escassez de estudos que explorem esse tema. No entanto, foram utilizados outros descritores como: Indígenas Surdos, Língua de Sinais Indígenas, Surdos no Ensino Superior, Indígenas no Ensino Superior, que serviram para a busca e identificação de produções acadêmicas já realizadas, que contribuíram para a discussão e direcionamento sobre a educação indígena e educação da pessoa surda, a cultura, identidade, língua, a interação dessas comunidades minoritárias (a indígena e a surda) com as famílias e com as instituições de ensino, relatos da trajetória escolar, envolvendo acesso, permanência, como agem as instituições em relação às diversidades linguísticas, culturais, e identitárias, quais os obstáculos e possibilidades encontrados, quais estratégias usadas, linguisticamente falando, como está sendo o processo de inclusão dessas comunidades, o nascimento de Línguas de Sinais Indígenas e o uso de Línguas Emergentes, entre outros. O levantamento aqui demonstrado é de grande relevância, já que traz os resultados obtidos em várias áreas do conhecimento, como: Educação, Letras/Linguística, Memória Social, Antropologia Social e Sociologia, com foco no indígena, na pessoa surda e indígena surdo, assim como sua trajetória acadêmica, com o intuito de coletar o máximo de informações.

Como recorte temporal das pesquisas, definiu-se o período entre o ano de 2002 a 2019. O ano de 2002 foi marcado pela aprovação da Lei 10.436/2002, que reconhece a Libras como língua e meio de comunicação e expressão do surdo; 2019 é o ano que marca o início deste levantamento. Alguns trabalhos analisados traziam muita semelhança no que diz respeito à área de educação, aos métodos usados na pesquisa, à faixa etária dos colaboradores, à área da linguística, tanto do indígena, quanto do surdo, mas nenhum trabalho trouxe

informações sobre indígenas surdos no ensino superior, nos abrindo um leque para futuras pesquisas. O Quadro 1 registra os fatores considerados nessa busca.

Quadro 1: Descritores da Pesquisa

Descritores	Banco de Dados	Quantidade total de trabalhos por descritor ¹	Quantidade de trabalhos selecionados para pesquisa
Indígenas Surdos*	CAPES	8.274	Mestrado: 9
	BDTD	21	
Língua de Sinais Indígenas*	CAPES	1.011.928	Doutorado: 1
	BDTD	29	
Surdos no Ensino Superior	CAPES	883.563	Mestrado: 6 Doutorado: 1
	BDTD	260	
Indígenas no Ensino Superior	CAPES	892.209	Mestrado: 9 Doutorado: 2

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas informações fornecidas pelo programa da CAPES e BDTD (2020)

*Os descritores foram acoplados, pois apresentaram muitos trabalhos semelhantes.

Depois de feita a pesquisa por meio dos descritores mencionados, o resultado foi refinado levando-se em conta as grandes áreas do conhecimento, o ano de 2000 em diante, área de concentração, nomes dos programas, entre outros filtros. Concluída essa etapa, selecionaram-se, então, os trabalhos que mais se aproximavam do tema desta pesquisa e que, portanto, serviriam de base às discussões que aqui se propõem.

1.2 Indígenas Surdos e Línguas de Sinais Indígenas

Com relação aos descritores “Indígenas Surdos e Língua de Sinais Indígenas”, foram selecionados nove trabalhos de Mestrado e um de Doutorado, por trazerem discussões pertinentes ao tema deste estudo, a exemplo destes: descobertas de novas línguas de sinais indígenas, pesquisas desenvolvidas no estado de Mato Grosso do Sul (MS); aquisição de língua por criança indígena surda em meio à família e à escola, que contribuiriam para este estudo, conforme se pode conferir no Quadro 2, a seguir.

¹ Para esses trabalhos descritos no quadro não se utilizou filtro, razão por que a quantidade registrada de trabalhos, por descritor, é bastante expressiva.

Quadro 2: Trabalhos selecionados com os descritores: Surdos Indígenas e Língua de Sinais Indígenas

NÍVEL	TÍTULO	INST/ANO	AUTOR
Mestrado	Cultura surda e educação escolar Kaingang	UFSC/2008	Marisa Fátima Padilha Giroletti
Mestrado	Mapeamento das línguas de sinais emergentes: Um estudo sobre as comunidades linguísticas indígenas de Mato Grosso do Sul	UFSC /2009	Shirley Vilhalva
Mestrado	A Constituição do sujeito surdo na cultura Guarani-Kaiowá: os processos próprios de interação e comunicação na família e na escola	UFGD/2011	Luciana Lopes Coelho
Mestrado	A Criança indígena surda na cultura Guarani-Kaiowá: um estudo sobre as formas de comunicação e inclusão na família e na escola	UFGD/2013	Juliana Maria da Silva Lima
Mestrado	Sinalizando com os TERENA: um estudo do uso da LIBRAS e de sinais nativos por indígenas surdos	UNESP/2014	Priscilla Alyne Sumaio
Mestrado	A situação de comunicação dos AKWË-XERENTE Surdos	UFG/2016	Euder Arrais Barretos
Mestrado	Mapeamento dos sinais da comunidade surda do povo PAITER SURUÍ no contexto familiar.	UNIR/2017	Miriã Gil de Lima Costa
Mestrado	Mapeando os sinais PAITER SURUÍ no contexto da comunidade.	UNIR/2017	Luciana Coladine Bernardo Gregianini
Mestrado	Mapeamento de sinais da educação escolar indígena dos surdos PAITER SURUÍ	UNIR/2017	Rosiane Ribas de Souza Eler
Doutorado	LÍNGUA TERENA DE SINAIS: análise descritiva inicial da língua de sinais usada pelos terenas da Terra Indígena Cachoeirinha	UNESP/2018	Priscilla Alyne Sumaio Soares

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas informações fornecidas pelo programa da CAPES e BDTD (2020)

A pesquisa intitulada “Cultura surda e educação escolar Kaingang”, de Giroletti (2008), apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação Processos Inclusivos, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), teve como objetivo apresentar o registro, pelos surdos, dos sinais Kaingang, na escola, na família e na aldeia. A escola localiza-se na Aldeia Sede, município de Ipuacu, Santa Catarina. De acordo com a autora, os Kaingang formam um povo indígena do Brasil meridional, cuja língua nativa pertence à família linguística Jê, do tronco Macro-Jê; esse povo espalhou-se nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A pesquisa focalizou o estudo dos sinais gestuais de comunicação entre os surdos, voltado à questão da cultura, sem entrar na discussão referente à análise linguística dos sinais. Assim, a pesquisa buscou focalizar o uso frequente do sinal linguístico Kaingang no contexto em que foi criado, analisando a relação com a Libras. Realizou-se o registro através de fotos e de desenhos, para comprovar se esses sinais se repetiam de modo a serem considerados um sistema estabelecido de comunicação. Os sinais registrados trouxeram a possibilidade de discutir e analisar a influência cultural, além de entrar em contato com sinais que têm e os que não têm ligação com a Libras.

No trabalho intitulado “Mapeamento das línguas de sinais emergentes: um estudo sobre as comunidades linguísticas indígenas de Mato Grosso do Sul”, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina (CCE/UFSC), Vilhalva (2009) mapeou e registrou como as Línguas de Sinais estão surgindo e como vêm sendo usadas no contexto familiar indígena, no âmbito plurilíngue. A pesquisa foi realizada nas aldeias Jaguapiru e Bororó das comunidades indígenas do município de Dourados (MS). A pesquisadora, surda e usuária da Libras, coletou depoimentos espontâneos de familiares, elaborou um diário, fez fotos e vídeos dentro da escola indígena, sempre acompanhada da equipe da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), da intérprete de Libras e do líder indígena do local, nas residências dos indígenas surdos, quando lhe era permitido. Essa pesquisa trouxe novas hipóteses para outros estudos sobre Línguas de Sinais e sinais emergentes, assim como contribuições à linguística, às políticas linguísticas e à educação de indígenas surdos. Através do trabalho realizado, a pesquisadora mostrou como os sinais emergentes estão presentes no contexto plurilíngue das comunidades indígenas de Mato Grosso do Sul. Em sua conclusão, a autora considerou que o mapeamento apresentado precisará ser planejado pelos órgãos responsáveis pela educação, e sugeriu que os órgãos da administração pública federal vejam a necessidade de incluírem, nos orçamentos anuais, ações destinadas a viabilizar tal objetivo, conforme prevê o Decreto 5.626/2005.

Coelho (2011), em seu trabalho intitulado “A constituição do sujeito surdo na cultura Guarani-Kaiowá: os processos próprios de interação e comunicação na família e na escola”, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), investigou a constituição do sujeito surdo na cultura Guarani-Kaiowá. O objetivo foi compreender os processos de interação e comunicação na família e na escola. Para coleta de dados, foram analisados documentos, legislação e normativas da oferta da educação diferenciada indígena no Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul, assim como os que tratam da educação de surdos no Brasil. Essa pesquisadora observou alguns participantes nos contextos familiares e escolares de diferentes escolas indígenas dos municípios de Amambai, Paranhos e Coronel Sapucaia, assim como a comunicação espontânea com indígenas surdos e seus familiares. Realizaram-se entrevistas semiestruturadas, tanto individuais como em grupos de professores, coordenadores pedagógicos e gestores, registros em áudio, fotografias e diário de campo. Foram

identificadas as possibilidades e as necessidades específicas e de comunicação no ambiente familiar e escolar. Os sujeitos Guarani-Kaiowá se comunicam por sinais caseiros² e icônicos com a família, colegas e professores. A autora apresenta a definição de sinais caseiros e icônicos³ como gestos isolados, feitos pelos sujeitos surdos, que reproduzem a “forma, o movimento e/ou a relação espacial do referente” (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 32). Esse tipo de comunicação é utilizado para tornar os sinais mais transparentes e compreensíveis aos ouvintes. Coelho (2011) conclui que as práticas educativas aplicadas não contemplam a diferença linguística do surdo, que os gestores da educação especial nos municípios não conhecem as dificuldades dos professores na sala de aula e esses professores não conseguem identificar as deficiências ou necessidades dos alunos, e não recebem apoio para a elaboração de estratégias e orientações para o ensino dos indígenas e surdos, enfrentando, também, a falta de recursos e materiais pedagógicos para uso diário na escola. Em relação aos alunos indígenas surdos, a autora concluiu que, apesar da língua guarani (língua materna) ser reconhecida e utilizada em sala de aula, não substitui a língua portuguesa, levando a que o aluno surdo precise ter domínio de uma Língua de Sinais para a comunicação entre si e a sua comunidade, ou seja, ter domínio de duas línguas para compreensão de conteúdos e melhor desenvolvimento no ensino.

O trabalho de Lima (2013), “A criança indígena surda na cultura Guarani-Kaiowá: um estudo sobre as formas de comunicação e inclusão na família e na escola”, apresentado ao Programa de Pós-Graduação e Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), teve como objetivo geral investigar as formas de comunicação e inclusão da criança surda indígena no contexto familiar e escolar das aldeias Jaguapiru e Bororó, do município de Dourados (MS). Participaram do estudo cinco crianças surdas, dois pais, duas irmãs e, por fim, quatro professores indígenas que já haviam atendido ou atendiam crianças surdas. Foram feitos registros de diário de campo, fotos da comunicação entre crianças e seus familiares, entrevistas semiestruturadas e conversas com os professores indígenas e os familiares das crianças indígenas surdas. As imagens fotográficas foram descritas e traduzidas para a escrita de sinais. Os resultados revelaram que a criança surda interage e se comunica na família por meio de sinais icônicos, participa das brincadeiras com os irmãos e pares na escola. Os pais relataram dificuldades na comunicação com seus filhos surdos, e os professores indígenas apontaram a presença do intérprete de Libras como facilitador entre a comunicação. Ressaltaram a falta de formação específica para a educação dos surdos e o uso de estratégias e a atuação dos irmãos, que se comunicavam de maneira mais efetiva, utilizando senhas e alguns sinais simples da Libras, assumindo a responsabilidade de mediar a comunicação e a inclusão da criança surda na família e na escola. Lima (2013) constatou que a criança indígena surda ainda é invisível, na cultura Guarani-Kaiowá, pela impossibilidade da fala, da aquisição de conhecimento e assimilação da cultura tradicional, fatores determinantes na constituição das identidades culturais e linguísticas. Enfim, os resultados mostraram que a criança surda interage com a família por meio de sinais

² “[...] sinais caseiros correspondem aos gestos ou construção simbólica inventadas no âmbito familiar, é comum a constituição de um sistema convencional de comunicação entre mãe-ouvinte e criança-surda, a família acaba lançando mão desse recurso apesar de muitas vezes não aceitar a Língua de Sinais e por pensar que esta atrapalhará a aprendizagem da fala do seu filho” (ALBRES, 2009 apud VILHALVA, 2009, p. 96).

³ Os sinais icônicos, para Jeremias (2018, p. 39), têm sido tradicionalmente apresentados como “um tipo de convencionalização entre os sinais e os significados que eles representam”.

Para Brito (1998, p. 19-20 apud PINHEIRO, 2010, p. 65), os sinais icônicos são “formas linguísticas que tentam copiar o referente real e suas características visuais”, ou seja, apresentam semelhanças físicas e geográficas com os seres e objetos representados.

icônicos e que, na escola, a comunicação com professores é facilitada por meio do profissional intérprete de Libras.

Barretos (2016), com seu trabalho intitulado “A situação de comunicação dos Akwẽ-Xerente surdos”, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás (UFG), investigou a situação de comunicação dos Akwẽ-Xerente surdos, no dia a dia e nas festas culturais, com a família e com a comunidade. Para tanto, considerou os relatos dos colaboradores da pesquisa em relação às interações comunicativas entre surdo-surdo e surdo-ouvinte. Segundo dados do estudo, a população Xerente está situada no estado do Tocantins, à margem direita do rio Tocantins, município de Tocantínia, e sua língua pertence à família linguística Jê. Foram realizadas pesquisas bibliográficas e estudo de campo para a geração de dados, observação e conversas pessoais durante o Curso de Especialização Intercultural e Transdisciplinar oferecida pela UFG, bem como nos momentos de trabalho de campo da pesquisadora nas aldeias Akwẽ. A pesquisa incluiu entrevistas semiestruturadas com professores Akwẽ que frequentavam o referido curso. Os resultados evidenciaram a existência de sinais Akwẽ, ou seja, uma Língua de Sinais Akwẽ-Xerente. No ano de 2017, três dissertações foram defendidas no Programa de Mestrado Acadêmico em Letras, na Universidade Federal de Rondônia (UNIR), e tiveram, como objetivo principal, realizar um mapeamento de sinais produzidos por indígenas surdos, da etnia Paiter Suruí (SPS). Esses participantes residiam na aldeia indígena Gapgir, Linha 14, Terra Indígena Sete de Setembro, município de Cacoal, estado de Rondônia.

Costa (2017) escreveu a dissertação intitulada “Mapeamento dos sinais da comunidade surda do povo PAITER SURUÍ no contexto familiar”; o mapeamento incluía os sinais usados na comunicação e expressão, além de estratégias empregadas no contexto familiar para a comunicação com o filho surdo. Segundo a autora, os Paiter Suruí estão localizados na Amazônia, são falantes da língua Tupi-Mondé, pertencente à família linguística Mondé, tronco Tupí, mas também utilizam a Língua Portuguesa como segunda língua, quando há necessidade de comunicação com os não indígenas. Os dados foram coletados por meio de imagens de sinais selecionadas e registrados, representando as categorias de bacias semânticas⁴ compostas por um léxico previamente definido. O estudo conclui que os surdos Paiter Suruí apresentam sinais próprios diferentes dos sinais da Libras, e que esses sinais apresentam características próprias da cultura e da identidade do Povo Paiter Suruí.

Gregianini (2017), no trabalho intitulado “Mapeando os sinais PAITER SURUÍ no contexto da comunidade”, teve como objetivo mapear os Sinais Paiter Suruí (SPS) presentes na comunicação e expressão dos indígenas surdos, no contexto de comunidade. Foram apresentadas imagens que representavam as palavras da bacia semântica relacionadas ao contexto comunitário a cinco indígenas surdos. Os resultados demonstraram uma diversidade linguística e cultural do povo surdo; os sinais utilizados servem como um canal de comunicação e expressão, mas principalmente revelaram as percepções visuais e relações com a cultura e identidade Paiter Suruí. A autora também observou que os surdos dessa etnia

⁴ “Bacia semântica é o conjunto de ideias e significados de uma dada sociedade, de modos de ver o mundo, o meio em que vive; de onde as pessoas retiram informações, faz parte da bacia semântica, os significados e sentidos atribuídos ao mundo, criar e construir novos significados, ela é sempre alimentada por imagens”. (DURAND apud GUARNIERI, 2014, s/p).

apresentam sinais próprios, característicos da cultura e da identidade daquele povo, diferentes da Libras.

Eler (2017), por sua vez, em sua pesquisa intitulada “Mapeamento de Sinais da Educação Escolar Indígena dos Surdos PAITER SURUÍ”, teve como objetivo mapear os Sinais Paiter Suruí utilizados por alunos indígenas surdos, assim como identificar a identidade cultural desse povo e como eles se relacionam com os ouvintes, na escola indígena da aldeia Gapgir, município de Cacoal (RO). Participaram cinco jovens e duas crianças indígenas surdas que se comunicam e se expressam entre si por meio de sinais próprios. Observou-se que os indígenas surdos se relacionam normalmente no ambiente escolar. Os registros dos sinais foram organizados por categorias de palavras, no caso, 103 palavras, que foram filmados, desenhados e registrados. Concluiu-se que esses indígenas surdos criaram sinais próprios para comunicação na escola e observou-se a necessidade de unificar os Sinais Paiter Suruí (SPS), a fim de um único sinal seja usado para uma única coisa, pois, nesse aspecto, os sinais são muito variados. Ao final da pesquisa a autora verificou que o significado semântico da língua oral indígena não influencia na construção dos SPS, e que estes servem para aproximar os ícones das palavras que representam ou das ações que as incorporam. Concluiu também que, diferente da Libras, nos SPS não aparecem letras do alfabeto datilológico, comprovando a não influência da língua oral e escrita nos SPS. Eler (2017) observou que algumas pessoas da aldeia mantinham certo distanciamento desses indivíduos surdos, como os pais, professores. Pela falta de conhecimento sobre a pessoa surda, sua identidade e diferença, não querem chamá-los de surdos e sim de deficientes auditivos ou pessoas que não ouvem.

Sumaio (2014), em seu trabalho intitulado “Sinalizando com os Terena: um estudo do uso da LIBRAS e de sinais nativos por indígenas surdos”, apresentado ao Programa de Pós Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras (Unesp/Araraquara - SP), teve por objetivo abordar e avaliar a estrutura, a morfologia dos sinais utilizados por uma comunidade indígena denominada Comunidade Indígena de Cachoeirinha, da etnia Terena, próximo ao município de Miranda (MS), cuja maioria dos colaboradores era de surdos jovens. Segundo as informações colhidas pela autora, os Terenas vivem em várias comunidades indígenas nos estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo, são falantes da língua oral Terena, da família linguística Aruák, sendo a etnia Terena a quinta com maior número de indígenas no Brasil. A pesquisadora relata que os surdos não conhecem a Libras, alguns nunca frequentaram a escola ou tiveram contato com outros surdos usuários da Língua de Sinais. As famílias dos surdos são ouvintes e falantes da língua portuguesa e terena, e as pessoas do convívio diário conhecem os sinais terena. Alguns jovens estudam na cidade e estão se desenvolvendo no uso e aprendizado da Libras, porém, também utilizam outros sinais, na aldeia, que eles desenvolveram com seus familiares ouvintes, amigos e outros surdos que não sabem Libras. No ano de 2012, essa autora coletou sinais terena por meio de fotografia e vídeo, que foram analisados quanto à estrutura e à morfologia, no intuito de verificar a existência efetiva de uma língua. Sumaio (2014) revela que esse estudo não foi concluído por falta de tempo e recursos, e que terá continuidade no doutorado; porém, a autora observou que alguns desses sinais devam ser uma variedade da Libras, necessitando de um trabalho mais detalhado para confirmar os dados.

Sumaio deu continuidade à pesquisa, no doutorado, dessa feita com o sobrenome Soares. Em 2018 defendeu a tese intitulada “Língua Terena de Sinais: análise descritiva inicial da Língua de Sinais usada pelos terenas da Terra Indígena Cachoeirinha”, apresentado ao

Programa de Pós- Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras (Unesp/Araraquara – SP). O estudo teve como objetivo descobrir se os sinais usados pelos surdos Terena e alguns ouvintes seriam sinais caseiros ou uma língua, e se essa língua seria autônoma ou uma variedade da Libras. Como já mencionado, em relação ao estudo que essa autora fizera anteriormente, ela teria verificado que parte dessas pessoas não conheciam a Libras, alguns nunca frequentaram a escola ou tiveram contato com surdos usuários de Libras, que os familiares dos surdos eram ouvintes e falantes do português e terena, e os mais próximos conheciam o que a pesquisadora chamou de sinais terena. Foram coletados mais dados através de fotos e vídeos para a conclusão da pesquisa. A autora avaliou a fonologia, o léxico, a morfologia, a sintaxe e a semântica desse sistema usado pelos colaboradores, e concluiu que esse sistema de comunicação não era uma variedade da Libras e nem um sistema de sinais caseiros, mas uma língua autônoma, com gramática que determina o uso desses e de outros sinais nativos. Relatou que, a partir daquele momento, não seria mais necessário chamar essa língua de “Sinais Terena”, e sim de “Língua Terena de Sinais”, língua específica falada na TI⁵ Cachoeirinha, pois é possível que outros terenas surdos de outras regiões ou aldeias falem uma língua diferente.

1.3 Surdos no Ensino Superior

Com o descritor denominado “Surdos no Ensino Superior”, foram selecionadas seis pesquisas de mestrado e uma de doutorado. A partir da leitura de cada trabalho, foi possível verificar discussões acerca dos desafios e avanços encontrados pelos surdos dentro da comunidade acadêmica, assim como as garantias de acesso e permanência na universidade, além de questões de acessibilidade e inclusão e alguns apontamentos das trajetórias escolares destes acadêmicos, o que contribuiu sobremaneira para as reflexões realizadas neste estudo. Confirmam-se esses trabalhos com os elementos que compõem o Quadro 3.

Quadro 3: Trabalhos selecionados com o descritor: Surdos no Ensino Superior

NÍVEL	TÍTULO	INST/ANO	AUTOR
Mestrado	A trajetória escolar de alunos surdos e a sua relação com a inclusão no Ensino Superior	UFPR/2009	Noemi Nascimento Ansay
Mestrado	Alunos surdos no ensino superior: uma discussão necessária	UNIMEP/2011	Samantha Camargo Daroque
Mestrado	A modelação de uma política Cooperativa na formação de estudantes surdos no Ensino Superior	UFES/2015	Euluze Rodrigues da Costa Junior

⁵ Terra Indígena (TI)

Mestrado	Percursos de escolarização e permanência de acadêmicos surdos no ensino superior	UNOCHAPECÓ/ 2015	Jaqueline Reni Loss
Mestrado	Acessibilidade a estudantes surdos na Educação Superior: análise de professores sobre o contexto pedagógico.	UNESP/2017	Natália Gavaldão
Mestrado	Trajetórias escolares de estudantes surdos e seus efeitos nos processos inclusivos no Ensino Superior.	UFSM/2018	Laisa de Castro Almeida
Doutorado	Educação inclusiva no ensino superior para alunos surdos: resistências e desafios	UPF/2017	Roseleia Schneider

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas informações fornecidas pelo programa da CAPES e BDTD (2020).

Na pesquisa intitulada “A trajetória escolar de alunos surdos e a sua relação com a inclusão no Ensino Superior”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Ansay (2009), por meio dos depoimentos de alunos surdos, identificou os elementos que teriam contribuído para o avanço acadêmico desses sujeitos e quais os desafios e possibilidades encontrados por eles no Ensino Superior. Foram realizadas nove entrevistas semiestruturadas com sujeitos surdos que frequentavam as universidades de Curitiba no ano de 2007. As entrevistas foram realizadas em Libras, para aqueles alunos que a utilizavam como primeira língua e, para os demais, utilizaram a comunicação oral na Língua Portuguesa. Como resultado da pesquisa, foram encontrados diferentes aspectos relacionados ao avanço escolar dos acadêmicos surdos, tais como mudanças na legislação, participação dos surdos em pesquisas e movimentos políticos-pedagógicos, participação da família, mudanças atitudinais nas relações interpessoais relacionadas aos professores e colegas, além do uso de recursos visuais adequados nas práticas pedagógicas. O estudo ressaltou que são as ações conjuntas e integradas que trazem novas possibilidades de enfrentamento aos obstáculos que se apresentam ao longo da trajetória dos alunos surdos até a universidade. O que a autora observou, nesse sentido, é que o sujeito surdo, mesmo com muitas dificuldades, deseja ingressar e permanecer no Ensino Superior e que, para isso, não bastam leis e atitudes individuais, mas um trabalho de todos, dos surdos, das instâncias administrativas, das instituições de ensino, das associações de surdos, dos pesquisadores, dos professores, da comunidade universitária, das famílias e da comunidade civil.

“Alunos surdos no ensino superior: uma discussão necessária” é um trabalho de Daroque (2011), desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). Teve como objetivo analisar o que dizem os alunos surdos e seus professores universitários a respeito dos obstáculos e das possibilidades que o surdo encontra no seu cotidiano de estudo. Com os alunos, foram

realizadas entrevistas presenciais gravadas em vídeo e traduzidas para o português; com os professores as entrevistas aconteceram por meio da internet, utilizando e-mail e o Messenger com videoconferência. Os resultados mostraram que não existem apenas barreiras de comunicação e a insatisfação com questões didáticas, mas também o grande obstáculo enfrentado pelos alunos surdos é a dificuldade na leitura e na escrita, devido à baixa qualidade da escolarização anterior, o que prejudica o desenvolvimento na área dos estudos. Os professores destacaram essas dificuldades com a língua como um obstáculo para o domínio de conteúdos e o pensamento lógico, e muitos demonstraram desconhecer as peculiaridades da condição bilíngue dos alunos.

O estudo de Costa Junior (2015), cujo título é “A modelação de uma Política Cooperativa na formação de estudantes surdos no ensino superior” foi apresentado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e teve como objetivo analisar a rede de interdependência na qual uma estudante surda encontrava-se envolvida no processo de formação no nível superior, assim como de que forma os estudantes ouvintes poderiam ajudar na formação dessa estudante surda. O autor buscou compreender o processo de constituição das universidades brasileiras, bem como a ampliação do acesso e garantia da permanência dos estudantes no ensino superior nas últimas décadas dos séculos XX até o início do século XXI, e, especificamente, analisar a participação de uma estudante surda, sua trajetória e situação socioeconômica, inserida em uma turma de Pedagogia (2014/2) da UFES. Foram observadas mudanças no comportamento dos estudantes ouvintes, que manifestaram o desejo de se comunicar com a estudante surda, ou seja, passaram a valorizar as formas de relacionamento e de comunicação. O autor verificou que as atitudes e os comportamentos dos professores e dos intérpretes de Libras contribuíam para essa organização da política cooperativa daquela rede de interdependência, afinal todo processo é um trabalho em grupo, em um curto tempo, na formação de estudantes em nível superior.

A dissertação de mestrado de Loss (2015), intitulada: “Percurso de escolarização e permanência de acadêmicos surdos no ensino superior”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ) teve como objetivo conhecer como fora o processo de ensino nas diferentes etapas escolares de universitários surdos e quais as condições de acesso e permanência no Ensino Superior. A pesquisadora realizou uma revisão do que já havia sido estudado, com o objetivo de conhecer discursos e o que já existia sobre educação de estudantes surdos no Ensino Superior, além de conhecer as políticas de acessibilidade do acesso a este nível de ensino. Para o desenvolvimento da pesquisa foram realizadas entrevistas semiestruturadas com acadêmicos surdos em Libras, considerando variados níveis de surdez. Coletaram-se dados que iam desde o diagnóstico da surdez até os momentos ligados aos níveis de ensino pelos quais passaram e os limites e possibilidades de comunicação e aprendizagem no âmbito da escolarização. Tais questões indicaram a necessidade de políticas institucionais que não estejam voltadas apenas ao acesso das pessoas surdas ao ensino superior, mas à permanência delas na instituição. Nesse sentido, seriam atitudes preocupadas com as relações entre ouvintes e surdos, ações político-metodológicas para atender e superar as dificuldades de acessibilidade e formação de qualidade dos acadêmicos surdos. A autora relatou que as relações estabelecidas na família dos universitários surdos foram importantes para o processo de escolarização futura, pois, para um dos sujeitos entrevistados, na idade adequada, a comunicação diretamente ligada a Libras contribuiu para o processo de escolarização. Os demais que não tiveram uma boa relação de

comunicação direta com a família através da Libras e nos anos iniciais da educação básica tiveram uma entrada tardia no ensino regular e, posteriormente, no Ensino Superior. As relações entre colegas e professores no ensino superior não foram agradáveis. De acordo com a autora, foram marcadas por distanciamentos, por práticas de segregação por parte dos ouvintes, pelo fato de não terem conhecimento da Língua de Sinais, o que limitou a comunicação. A autora concluiu que há necessidade de os ouvintes se apropriarem de conhecimentos ligados à surdez, bem como conhecer mais a Língua de Sinais.

O trabalho de Gravaldão (2017), intitulado “Acessibilidade a estudantes surdos na educação superior: análise de professores sobre o contexto pedagógico”, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” (UNESP) teve como objetivo investigar o que dizem os professores sobre as condições de acessibilidade do contexto pedagógico destinadas a uma estudante surda de uma Instituição de Ensino Superior (IES), assim como a permanência e estratégias linguísticas usadas com a estudante. Foram aplicadas entrevistas semiestruturadas junto aos professores para descobrir como ocorria o processo de formação daquela acadêmica surda. Os resultados mostraram que existem muitas dificuldades e prejuízo na formação e permanência da estudante surda na IES. Por meio dos resultados evidencia-se, ainda, falta de orientações para os docentes sobre as diferenças políticas, pedagógicas, linguísticas e culturais, além de omissão da própria instituição.

A pesquisa de Almeida (2018), “Trajetórias escolares de estudantes surdos e seus efeitos nos processos inclusivos no Ensino Superior”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa em Educação Especial, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), teve por objetivo compreender quais os efeitos das trajetórias escolares de estudantes surdos no contexto do Ensino Superior, especificamente na UFSM. A pesquisadora buscou identificar de que forma foram adquiridas as experiências escolares dos acadêmicos surdos, desde a educação básica até a superior, a fim de compreender os resultados dessas experiências na constituição dos estudantes surdos no Ensino Superior. Alguns fatores marcaram a vida dos sujeitos surdos, por exemplo: (a) o sentimento de superproteção, ou seja, a tutela e o assistencialismo nos processos de escolarização na educação básica, dando a sensação aos mesmos de não estarem sendo contemplados nas suas especificidades, e por não perceberem essa proteção no contexto do Ensino Superior; (b) os processos de oralização e não reconhecimento da sua condição linguística da Libras; e (c) a participação dos estudantes surdos nos espaços específicos para educação de surdos. Todas essas experiências vivenciadas nesses contextos em que a Libras ocupa a centralidade nos processos educativos terão resultados quando os alunos surdos ingressam no Ensino Superior e lhes dão as condições de inclusão nesse contexto.

O trabalho de Schneider (2017), intitulado “Educação inclusiva no ensino superior para alunos surdos: resistências e desafios”, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo (UPF), teve como objetivo analisar as concepções e práticas que predominam no processo de inclusão do aluno com surdez, no ensino superior, investigando a cultura que prevalece nesse ambiente, em relação ao surdo, as marcas dessa cultura e como a mesma se reproduz. Foram realizadas entrevistas com professores universitários, alunos surdos e intérpretes, como também questionários e observações. Com o estudo, a autora observou que a inclusão do aluno surdo no ensino superior significa mais do que lhe oferecer vaga e aceitá-lo nos cursos de graduação. Esse processo requer compromisso da instituição com uma cultura de inclusão e

com a presença de docentes preparados e humanizados para ensinar, independente das diferenças de seus alunos. Os resultados apontaram para o despreparo dos professores, que ainda atuam na cultura ouvintista, e para a falta de intérpretes, o que compromete o processo de inclusão do aluno surdo no ensino superior e gera conflitos, haja vista que ele se sente isolado e não reconhecido em sua cultura pelos alunos ouvintes e pelos próprios professores.

1.4 Indígenas no Ensino Superior

Dentro do descritor “Indígenas no Ensino Superior” foram selecionados nove trabalhos de mestrado e dois de doutorado. Os trabalhos trouxeram discussões acerca de políticas de ação afirmativa, cotas, inserção, egressos, entre outros, como se pode conferir no Quadro 4, a seguir.

Quadro 4: Trabalhos selecionados com o descritor: Indígena no Ensino Superior

NÍVEL	TÍTULO	INST/ANO	AUTOR
Mestrado	Política de ação afirmativa: a inserção dos indígenas nas universidades públicas paranaenses.	UEM/2007	Maria Simone Jacomini Novak
Mestrado	A Universidade Federal do Amazonas e o acesso dos povos indígenas ao ensino superior: desafios da construção de uma política institucional	UFAM/2008	Rita Floramar dos Santos Melo
Mestrado	As quotas para indígenas na Universidade do Estado do Amazonas	UFAM/2011	Marcos André Ferreira Estácio
Mestrado	Acesso e permanência do estudante indígena ao ensino superior: uma reflexão pautada em Paulo Freire.	FURB/2013	Mara Jeanny Ferreira da Silva
Mestrado	O discurso de acadêmicos indígenas cotistas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) face às cotas e o acesso ao ensino superior	UEMS/2014	Simone dos Santos França

Mestrado	Os estudantes indígenas em cena: a memória coletiva sobre a inclusão na Universidade	UNILASALLE/2014	Rosane Caminski Ferreira
Mestrado	INDÍGENA-MULHER-MÃE- UNIVERSITÁRIA o estar- sendo estudante na UFRGS	UFRGS/2016	Patrícia Oliveira Brito
Mestrado	Trajetórias e fortalecimento identitário de indígenas egressos da educação superior no estado de Mato Grosso do Sul	UFGD/2018	Maurício José dos Santos Silva
Mestrado	“Ocupar a Universidade, mas manter o coração na comunidade”: caminhos de estudantes Laklãnô/Xokleng na UFSC	UFSC/2019	Gabriela Solange Sagaz
Doutorado	“A Caneta é nossa Borduna”: um estudo etnográfico sobre as experiências indígenas Tenetehara/Guajajara no ensino superior no Maranhão	USP/2018	Ana Caroline Amorim Oliveira
Doutorado	Indígenas no ensino superior: uma análise sobre a formação dos estudantes Kaingang da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS/2019	Valesca Daiana Both Ames

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas informações fornecidas pelo programa da CAPES e BDTD (2020)

Novak (2007), em “Política de Ação Afirmativa: A Inserção dos Indígenas nas Universidades Públicas Paranaenses”, apresentado ao Programa de Pós- Graduação em Educação, Área de Concentração: Fundamentos da Educação, da Universidade Estadual de Maringá (UEM), procurou analisar a política de vagas suplementares para indígenas nas Universidades Públicas do Estado do Paraná, conforme regulamentadas pela Lei nº 13.134, de 18 de abril de 2001, por meio da qual os indígenas do estado teriam direito a três vagas em cada uma das universidades públicas. As etnias Guarani e Kaingang buscavam as vagas pelo vestibular próprio para os povos indígenas do Paraná, que era organizado pela Comissão Universidade para os Índios (CUIA). A autora usou, como fonte de pesquisa, a documentação que normatiza a presença dos indígenas nas universidades, e, como instrumentos para coleta de dados, questionários socioeducacionais preenchidos pelos candidatos, além de entrevistas que foram feitas com esses alunos. O trabalho abordou as dificuldades que esses alunos enfrentaram, mas destacou os pontos positivos da política de

vagas suplementares para indígenas, quais sejam: mais visibilidade por parte da sociedade; os acadêmicos voltam às suas comunidades e realizam trabalhos lá; e as universidades passaram a pensar na presença desses sujeitos nas instituições.

No trabalho intitulado “A Universidade Federal do Amazonas e o acesso dos povos indígenas ao ensino superior: desafios da construção de uma política institucional”, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Melo (2008) fez a leitura e a análise de documentos referentes às iniciativas da UFAM, a fim de construir uma memória institucional das respostas que foram levantadas pela IES diante das novas necessidades educacionais dos povos indígenas; desse modo, o objetivo foi identificar os principais desafios a fim de consolidar uma política institucional. A autora concluiu que há ausência de registros e avaliação das experiências realizadas e também há a necessidade de uma alfabetização intercultural, e de uma inclusão que transforme as estruturas universitárias.

O trabalho de Estácio (2011), “As quotas para indígenas na universidade do estado do Amazonas”, também apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), visava compreender e analisar a política de ação afirmativa do tipo cotas, desenvolvida pela UFAM, com base na compreensão dos alunos indígenas aprovados para os cursos da Escola Normal Superior, os quais ingressaram na universidade através das vagas destinadas, exclusivamente, a indígenas. A pesquisa foi bibliográfica, documental e de campo, com entrevistas semiestruturadas. De acordo com o autor da pesquisa, as ações afirmativas do tipo cotas podem não ser a melhor alternativa para evitar a exclusão social e cultural dos indígenas, mas é o que vem trazendo resultados positivos. Contudo ressaltou que não basta criarem-se vagas para esse público, mas é necessário que se criem mecanismos, ou seja, políticas e propostas, juntamente com as organizações e os estudantes indígenas, que os façam permanecer na universidade.

Em seu trabalho intitulado “Acesso e permanência do estudante indígena ao ensino superior: uma reflexão pautada em Paulo Freire”, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação, da Universidade Regional de Blumenau (FURB), Silva, M. J. F. (2013) trouxe a discussão de que o conceito de acesso a uma instituição vai além das ofertas de vagas, e que as instituições de ensino superior precisam ser provedoras da interação intercultural, por meio da proposta de Paulo Freire, que pressupõe a educação como prática de liberdade. O objetivo foi investigar “Como se dá a dinâmica de acesso e permanência no ensino superior de pessoas integrantes de comunidades originárias, que tenham cultura e cosmovisão diferentes da proposta social e civilizatória hegemônica que caracteriza a cultura e cosmovisão universitária” (SILVA, M. J. F., 2013, p. 9). Foram feitas análises em dados coletados junto a algumas universidades, verificando como acontece o acesso e a permanência de estudantes indígenas nos cursos de graduação, assim como também foram realizadas entrevistas com indígenas que já tiveram acesso ao ensino superior na FURB, na Universidade de Brasília (UNB), na Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) e na Associação Educacional Leonardo da Vinci (UNIASSELVI). Em relação ao acesso dos indígenas à educação diferenciada, bilíngue e intercultural, a autora relata que este é garantido por lei e não se limita apenas a cursos de licenciatura intercultural. Contudo, a autora aponta que, na maioria das universidades, esse modelo de educação não existe ou é muito limitado. Quanto à permanência, a autora observa que “o acesso está intrinsecamente ligado à permanência”, e explicita que “a palavra acesso não tem sentido de acessibilidade, quando se refere somente à entrada e não à permanência do estudante”

(SILVA, M. J. F., 2013, p. 77). A conclusão do estudo é que as universidades ainda não estão preparadas para receber o diferente, o novo, e que para que isso aconteça, terá de sair da sua zona de conforto, e isso traz muitas preocupações.

França (2014), na pesquisa intitulada “O discurso de acadêmicos indígenas cotistas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) face às cotas e o acesso ao ensino superior”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Campo Grande, teve como objetivo analisar os discursos de acadêmicos indígenas cotistas da UEMS sobre as cotas, a fim de saber como esse sistema funciona na constituição da identidade dos Terena e que representações os acadêmicos cotistas Terena têm de si e do outro. Os dados foram coletados através de relatos escritos de 10 (dez) acadêmicos indígenas cotistas dos cursos de licenciatura Letras Espanhol/Inglês, Geografia e Pedagogia daquela Unidade Universitária, todos da etnia Terena, provenientes das aldeias Córrego do Meio, Água Azul, Recanto, Lagoinha, Barreirinha, Olho D’Água, Oliveira, Tereré e Buriti - na Terra Indígena Buriti, entre os municípios de Sidrolândia e Dois irmãos do Buriti -, e da aldeia Lagoinha, situada no distrito de Taunay, município de Aquidauana. Os resultados da análise dos relatos indígenas levaram à compreensão de que, apesar de as cotas raciais para entrada em universidades públicas provocarem várias discussões, elas possibilitam a representação do indígena dentro da universidade. Os resultados também apontam para a importância de, por meio do curso superior, os indígenas conhecerem a cultura do não indígena e adquirir conhecimento para poder atuar em sua comunidade.

O trabalho de Ferreira (2014), intitulado “Os estudantes indígenas em cena: a memória coletiva sobre a inclusão na universidade”, apresentado no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais do Centro Universitário La Salle (UNILASALLE), teve como objetivo geral desvelar a memória coletiva dos estudantes indígenas no processo de inclusão no ensino superior, no que se refere ao acesso e à permanência deles na Casa do Estudante Universitário (CEU) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no período de 2008 a 2013, para intervir na realidade acadêmica. A autora coletou vídeos produzidos por seis (6) participantes indígenas, estudantes da UFRGS, relatando como foi o processo de inclusão na universidade, os limites e possibilidades no dia a dia, a permanência deles na universidade e discussões sobre esse acesso e permanência. Os estudantes, em sua maioria, pertenciam aos povos Kaingang, Guarani e Quéchua, inseridos em diferentes cursos na UFRGS. A autora apresentou algumas considerações, no final do trabalho, para os responsáveis por todo processo de inclusão na universidade, como: a reflexão sobre em que condições o estudante chega à universidade; a atenção às dificuldades no que diz respeito às disciplinas, conteúdos, à língua portuguesa, ao inglês, aos materiais escolares, como livros, calculadoras, estetoscópio, entre outros. Destaca a importância das ações de acompanhamento nas áreas da pedagogia, psicologia e social.

A pesquisa de Brito (2016) tem como título “INDÍGENA-MULHER-MÃEUNIVERSITÁRIA o estar-sendo estudante na UFRGS” e foi apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Teve o objetivo de compreender a presença das mulheres indígenas – especialmente às pertencentes aos povos Kaingang e Guarani – que foram aprovadas em processo seletivo específico e diferenciado na UFRGS a partir de 2008. A coleta de dados se efetivou através de narrativas feitas pelas mulheres indígenas, considerando a convivência delas nos espaços acadêmicos, formais e informais, assim como na aldeia. O trabalho fez

uma abordagem sobre o processo de cotas para indígenas no contexto brasileiro, verificando como ocorre a permanência dessas estudantes, indígenas e mães, aprofundando-se na realidade da UFRGS. A autora fez a escolha de mulheres indígenas pelo fato de a presença delas no ensino superior estar crescendo consideravelmente. Ao finalizar o trabalho, notaram-se importantes avanços no acesso e permanência indígena em salas de aula e outros espaços acadêmicos, mas a universidade ainda não acompanha a demanda de estudantes que chegam até ela.

Silva (2018) pesquisou sobre “Trajetórias e fortalecimento identitário de indígenas egressos da educação superior no estado de Mato Grosso do Sul”, um estudo inserido no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). O objetivo foi investigar de que forma a educação superior impacta a identidade dos indígenas egressos da educação superior no MS. Foram realizadas pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Como instrumentos, foi aplicado questionário on-line e realizada entrevista semiestruturada com oito acadêmicos indígenas egressos de cursos presenciais de cinco diferentes IES. O autor concluiu que os povos indígenas têm se fortalecido, no que diz respeito à identidade étnica; o acesso que têm tido ao espaço acadêmico não os tem afastado da vivência em seu ambiente original, a manutenção de sua cultura e tradições, o que tem favorecido esses povos, no Brasil.

A pesquisa de Sagaz (2019), intitulada “Ocupar a Universidade, mas manter o coração na comunidade: caminhos de estudantes Laklãnô/Xokleng na UFSC”, submetida ao Programa de Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), objetivou apresentar a importância da presença indígena no ensino superior, especificamente para os Laklãnô/Xokleng, e o significado da existência de uma política pública que os insere na UFSC. A escolha da autora pelo povo Laklãnô/Xokleng⁶ deveu-se ao alto número de inscritos para vagas suplementares na universidade. O método foi o etnográfico, com entrevistas realizadas em ocasiões de eleições para caciques, greve e oficinas. O estudo aponta dados disponíveis no site Povos Indígenas no Brasil⁷, e descreve que os Laklãnô/Xokleng, a partir de 1914, receberam várias denominações, assim como: “Bugres”, “Botocudos”, “Aweikoma”, “Xokleng”, “Xokrén”, “Kaingang de Santa Catarina” e “Aweikoma-Kaingang”, e a língua é constituída do ramo meridional da família Jê. Ao finalizar o trabalho, a autora observa que esses estudantes indígenas têm prestígio dentro da comunidade, uma vez que esta deposita esperanças de um futuro melhor por meio desses que, dentro da universidade, são representantes da comunidade indígena.

No trabalho intitulado: “A Caneta é nossa Borduna: um estudo etnográfico sobre as experiências indígenas Tenetehara/Guajajara no ensino superior no Maranhão”, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), Oliveira (2018) traz algumas inquietações relacionadas à entrada e presença, no ensino superior, dos estudantes indígenas

⁶ De acordo com Santos (1987, p. 30), “Em Santa Catarina, entre os municípios de Dr. Pedrinho, Itaiópolis, José Boiteux e Vitor Meireles, e às margens do Rio Hercílio (Itajaí – Braço Norte), encontra-se a Terra Indígena Laklãnô /Ibirama, localizada aproximadamente a 14km da cidade de José Boiteux, uma população majoritária da Terra Indígena Ibirama é a dos Laklãnô/Xokleng, os mesmos já foram reconhecidos pelos zuk (brancos) como ‘Botocudos’ e denominados na literatura como ‘Aweikoma’, ‘Xokrén’ e até mesmo ‘Kaingang’”.

⁷ Publicado em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xokleng>.

Tenetehara/Guajajara, povo Tupi Guarani da Amazônia Oriental, no estado do Maranhão. O trabalho foi desenvolvido em dois locais, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e em um curso de Licenciatura Intercultural para professores indígenas da universidade. Realizaram-se observações, conversas, entrevistas, leituras de documentos, portarias, resoluções e leis que são direcionadas ao ensino superior para indígenas. A autora justifica a expressão inicial do título do trabalho “A Caneta é nossa Borduna” - uma frase dita pelo cacique Magno Guajajara, que, em uma conversa, expressou-se assim para mostrar o que, para o seu povo, significava fazer universidade. De acordo com Oliveira (2018, p. 19), o povo Tenetehara, mais conhecido como Guajajara, é um povo conhecido por sua resistência e força, guerreiro, falante de uma língua da família Tupí-Guaraní e do português. A autora mencionou que, de acordo com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESI-2014), a população Tenetehara/Guajajara é estimada em 27.616 pessoas, localizadas no estado do Maranhão. Relatou, no final do trabalho, que “os conteúdos das disciplinas do curso de licenciatura foram sendo apropriados pelos Tenetehara a partir das suas próprias questões vivenciadas em suas respectivas comunidades” (OLIVEIRA, 2018, p. 223), e que eles mesmos conquistaram seus êxitos de maneiras distintas, diante da generalização dos docentes.

A tese de Ames (2019), intitulada “Indígenas no ensino superior: uma análise sobre a formação dos estudantes Kaingang da Universidade Federal do Rio Grande do Sul”, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), teve como objetivo analisar as experiências formativas dos estudantes pertencentes à etnia Kaingang na UFRGS, procurando entender como os estudantes acompanham os conteúdos das disciplinas de seus cursos e como eles se relacionam com os seus colegas não indígenas, assim como também com docentes, orientadores e monitores. A autora pretendeu, também, analisar o papel dos docentes na formação dos acadêmicos indígenas, quais suas percepções e relações acerca desses estudantes. Desse modo, realizou entrevistas semiestruturadas com alunos indígenas Kaingang matriculados na UFRGS e com docentes que haviam ministrado aulas para um ou mais alunos indígenas. Também, durante um ano, foram feitas observações no Grupo de Acolhimento aos Estudantes Indígenas (GAIIn) da UFRGS e nos seminários “O que é ser índio?”, desenvolvidos pelo grupo. Com os dados coletados foram apontadas dificuldades enfrentadas pelos estudantes indígenas em suas relações de amizade, apoio e colaboração, preconceito e discriminação vivenciadas dentro da universidade. Em relação aos docentes, a autora menciona que estes não participaram de discussões, definições da parte da instituição em relação à presença de acadêmicos indígenas, tampouco receberam instruções sobre como lidar com esse grupo de estudantes. Não houve eficácia no que diz respeito ao desenvolvimento e acompanhamento dos acadêmicos, nem foram abertos espaços para que pudessem demonstrar seus conhecimentos e de suas comunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de analisar, por meio dos descritores, os trabalhos selecionados, e apresentar a escassez de produções acadêmicas no que diz respeito ao Indígena Surdo no ensino superior, observou-se que dentre os selecionados, a sua maioria, levantam questões intrigantes e importantes a serem discutidas. Esses estudos esclareceram sobre a realidade de indígenas, dos surdos, dos indígenas surdos, o uso de Libras, sua própria Língua de Sinais ou

Línguas Emergentes, suporte linguístico criado por alguns grupos para a comunicação, tanto no contexto escolar como familiar e/ou de grupos.

Ao longo dessa etapa de levantamento das produções científicas em bancos de dados, encontraram-se, também, estudos que discutem sobre o contexto de estudantes surdos no ensino superior, seu ingresso, nível de conhecimento tanto da Libras quanto da Língua Portuguesa, suas dificuldades linguísticas em sala de aula, o processo de inclusão, segregação, a falta de experiências e de preparo dos docentes em relação ao ensino bilíngue para esses surdos, além de abordagens sobre o relacionamento de alunos ouvintes com os surdos.

Incluiu-se, nessa análise referente às pesquisas selecionadas, a questão dos indígenas no ensino superior, que, a despeito de tantas políticas e ações afirmativas de acesso e permanência nas universidades, ainda são percebidas dificuldades que esses povos enfrentam, linguística e culturalmente. Esse levantamento permitiu que se alcançasse uma compreensão mais ampla da realidade do indígena e do surdo no ensino superior. Além disso, foi possível observar os procedimentos metodológicos adotados em cada pesquisa, o que propiciou que se avaliassem métodos adequados a serem utilizados nesse contexto educacional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Laisa de Castro. *Trajетórias escolares de estudantes surdos e seus efeitos nos processos inclusivos no ensino superior*. 2018. 93f. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Educação - programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Maria, RS: Santa Maria, 2018.

AMES, Valesca Daiana Both. *Indígenas no ensino superior: uma análise sobre a formação dos estudantes kaingang da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. 2019. 250f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

ANSAY, Noemi Nascimento. *A trajetória escolar de alunos surdos e a sua relação com inclusão no ensino superior*. 2009. 133f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

BAGNO, Marcos. *Pesquisa na escola: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 2005.

BARRETOS, Euder Arrais. *A situação de comunicação dos Akwẽ-Xerente surdos*. 2016. 97 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

BRITO, Patrícia Oliveira. *Indígena-Mulher-Mãe-Universitária o estar-sendo estudante na UFRGS*. Dissertação. 127 f. Mestrado em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

COELHO, Luciana Lopes. *A Constituição do sujeito surdo na cultura Guarani-Kaioná: os processos próprios de interação e comunicação na família e na escola*. 2011. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2011.

COSTA JUNIOR, Euluze Rodrigues da. *A MODELAÇÃO de uma Política Cooperativa na Formação de Estudantes Surdos no Ensino Superior*. 2015. 149f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo. 2015.

COSTA, Miriã Gil de Lima. *Mapeamento dos sinais da comunidade surda do povo Paiter Suruí no contexto familiar*. 2017. 190 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Letras) - Fundação Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho, RO, 2017.

DAROQUE, Samantha Camargo. *Alunos surdos no ensino superior: uma discussão necessária*. 2011. 92f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade Metodista, Piracicaba, SP., 2011.

ELER, Rosiane Ribas de Souza. *Mapeamento de Sinais da Educação Escolar Indígena dos Surdos PAITER SURUÍ*. 2017. 131f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Letras). Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho, RO, 2017.

ESTÁCIO, Marcos André Ferreira. *As quotas para indígenas na universidade do estado do Amazonas*. 2011. 235 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

FERREIRA, Rosane Caminski. *Os estudantes indígenas em cena [manuscrito]: a memória coletiva sobre a inclusão na universidade*. 2014. 101f. Dissertação (mestrado em Memória Social e Bens Culturais) Centro Universitário La Salle, Canoas, 2014.

FRANÇA, Simone dos Santos. *O discurso de acadêmicos indígenas cotistas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) face as cotas e o acesso ao Ensino Superior*. 2014. 131f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2014.

GAVALDÃO, Natália. *Acessibilidade a estudantes surdos na educação superior: análise de professores sobre o contexto pedagógico*. 2017. 213f. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2017.

GIROLETTI, Marisa Fátima Padilha. *Cultura Surda e Educação Escolar Kain-gang*. 2008. 218f. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

GREGIANINI, Luciana Coladine Bernardo. *Mapeando os sinais Paiter Suruí no contexto da comunidade*. 2017. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Letras) - Universidade Federal de Rondônia-Núcleo de Ciências Humanas, 2017.

LIMA, Juliana Maria da Silva. *A criança indígena surda na cultura guarani-kaiowá: um estudo sobre as formas de comunicação e inclusão na família e na escola*. Dourados, 2013. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, 2013.

LOSS, Jaqueline Reni. *Percursos de escolarização de acadêmicos surdos no ensino superior*. 2015. 152f. Dissertação de Mestrado. Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, SC, 2015.

MELO, Rita Floramar dos Santos. *A universidade federal do Amazonas e o acesso dos povos indígenas ao ensino superior: desafios da construção de uma política institucional*. 2008. 122f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008.

NOVAK, Maria Simone Jacomini. *Política de ação afirmativa: a inserção dos indígenas nas Universidades Públicas Paranaenses*. 2007. 139f. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-graduação em Educação. Maringá, PR, 2007.

OLIVEIRA, Ana Caroline Amorim. *'A Caneta é nossa Borduna': um estudo etnográfico sobre as experiências indígenas Tenetehara / Guajajara no ensino superior no Maranhão*. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/T.8.2019.tde-11032019-134328.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SAGAZ, Gabriela Solange. *"Ocupar a universidade, mas manter o coração na comunidade": caminhos de estudantes Laklãnô/Xokleng*. 2019. 165f. Dissertação de Mestrado. Programa de Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2019.

SCHNEIDER, Roseléia. *Educação inclusiva no ensino superior para alunos surdos: resistências e desafios*. 2017. 193f. Tese de Doutorado. Programa de Educação - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2017.

SILVA, Mara Jeanny Ferreira da. *Acesso e permanência do estudante indígena ao ensino superior: uma reflexão pautada em Paulo Freire*. 2013. 128f. Dissertação de Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação, da Universidade Regional de Blumenau – FURB, 2013.

SILVA, Maurício José dos Santos. *Trajetórias e fortalecimento identitário de indígenas egressos da educação superior no Estado de Mato Grosso do Sul*. 2018. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018.

SOARES, Priscilla Alyne Sumaio. *Língua Terena de Sinais: análise descritiva inicial da língua de sinais usada pelos terena da Terra Indígena Cachoeirinha*. 2018. 213 f. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, 2018.

SUMAIO, Priscilla Alyne. *Sinalizando com os terenas: um estudo do uso da LIBRAS e de sinais nativos por indígenas surdos*. 2014. 123 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2014.

VILHALVA, Shirley. *Mapeamento das línguas de sinais emergentes: um estudo sobre as comunidades linguísticas indígenas de Mato Grosso do Sul*. 2009. 124f. Dissertação Mestrado em Linguística Programa de Pós-Graduação em Linguística. Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

Submetido em novembro de 2021.

Aprovado em dezembro de 2021.

Informações da autora:

Marcia Aparecida Rodrigues Mateus
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)
E-mail: marcia.mateus@ufms.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8310-0362>